

**Nº05 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 08 de março  
de 2018. -----**

Aos oito dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sra. Eng.<sup>a</sup> Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de cinco de março de dois mil e dezoito. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - AUSÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----**

O Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, esteve ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar a participar em representação do Município, em reunião de trabalho, em Lisboa. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**II - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----**

O Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, esteve ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se ter deslocado à Cidade do Porto, por motivos profissionais. -----

Tudo, conforme decorre da comunicação enviada, por e-mail de 07/03/2018, pelo referido Vereador do Partido Social Democrata. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**III - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----**

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, a qual inclui uma reunião da Direção do Grupo Parlamentar às 09:00 horas uma reunião do Grupo Parlamentar às 11:00 horas e outra reunião plenária às 15:00 horas. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

**IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA.** -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, no sentido de abordar toda a problemática centrada no sistema de abastecimento público de água do Concelho de Chaves. ----- De facto, no pretérito ano de 2001, foi colocado, na ordem do dia, o problema correlacionado com a distribuição de água, no Concelho de Chaves, de acordo com parâmetros de qualidade e quantidade, manifestamente, mais satisfatórios. -----

À data, o Município de Chaves entendeu aderir ao modelo que o Governo Português estava a desenvolver, consubstanciado na criação e concretização de um sistema multimunicipal de abastecimento público de água, integrando, tal modelo de gestão, todos os Municípios do Alto Tâmega, os quais concorreram para a criação do sistema multimunicipal de Trás-os-Montes. -----

Nessa altura, os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram, como alternativa à materialização, de tal solução estratégica, a criação de um sistema intermunicipal, desenvolvido com todos os Municípios do Alto Tâmega e, bem assim, coadjuvado com a ação da empresa intermunicipal "EHATB, SA". -----

Tal proposta não mereceu, à data, o acolhimento, por parte do Partido Socialista, força política responsável, pela liderança do Executivo Municipal. -----

A partir daí, o Município de Chaves foi promovendo, ao longo dos tempos, vários investimentos, na sua rede de abastecimento público, sendo incontornável a sua contextualização no modelo multimunicipal determinado, pelo Governo Português, diga-se, com a aplicação de sanções a todos os municípios que declinassem a sua adesão, a tal sistema de abastecimento público de água. -----

Neste contexto, como é que o Senhor Presidente da Câmara, na esteira da sua recente intervenção, na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, pode considerar desfaçatez a sugestão/recomendação, recentemente, apresentada e consubstanciada na elaboração, pelo Município, de um Plano Diretor de Abastecimento Público de Água, tanto mais que, enquanto Presidente da Câmara, já tinha solicitado, aos serviços municipais competentes, a elaboração de tal plano? -----

Como é que se pode considerar, assim, desfaçatez a recomendação apresentada, quanto à necessidade de construção de novas adutoras e de novos investimentos infraestruturais, na rede pública, tanto mais que, tal recomendação, dava plena liberdade, ao Presidente da Câmara, para estabelecer a necessária programação de tais investimentos? ----- Tais recomendações, de natureza política, não podem ser classificadas, pelo Senhor Presidente da Câmara, como uma atitude de desfaçatez, por parte dos seus autores. -----

Se isto é desfaçatez, então, qual o verdadeiro sentido que deve ser confiado à intervenção política e legítima dos Vereadores da oposição? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- A questão, ora, trazida à liça, pelo Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira, foi suscitada, na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, sendo certo que a expressão utilizada, durante a abordagem, por parte de um membro da Assembleia Municipal, no âmbito da temática

correlacionada com a matéria, em apreciação, no caso, "Desfaçatez", apenas pretendeu fazer uma avaliação sumária das políticas públicas desenvolvidas, nos últimos dezasseis anos, pelo Município de Chaves, liderado, pelo Partido Social Democrata. -----

De facto, as recomendações, recentemente, apresentadas, pelo PSD, sobre o funcionamento do sistema de abastecimento público de água do Concelho de Chaves, acabam por traduzir a ideia de que o atual Executivo Municipal deve fazer mais pela melhoria, qualitativa e quantitativa, do sistema de abastecimento público de água, em quatro meses de governação, do que o PSD fez em 16 anos de governo local. --

O sentido da desfaçatez tem ainda mais acuidade quando o Vereador interpelante, à data, Presidente da Câmara, fez tábua rasa de algumas das recomendações feitas, no passado recente, pela Assembleia Municipal, as quais foram, absolutamente, desconsideradas, pelo Presidente da Câmara, no caso, Arq. António Cabeleira, sendo exemplo, de tal afirmação, a recomendação relacionada com o estado deficiente de conservação das estradas e caminhos municipais. -----

É estranho que esta questão tenha sido, agora, suscitada, no momento em que os serviços municipais responsáveis estão a desenvolver uma análise e um diagnóstico, tendo como objeto a adoção de medidas, em vista ao melhoramento do sistema de abastecimento público de água, num contexto financeiro bastante difícil e exigente. -----

A desfaçatez tem, precisamente, a ver com esta dupla posição do Vereador do Partido Social Democrata, variando a mesma, em função da sua posição política, ou seja: enquanto Presidente da Câmara e, agora, enquanto Vereador da oposição. -----

De facto, enquanto Presidente da Câmara acabou por revelar um registo de inação e passividade, no que concerne à implementação de medidas de melhoria do sistema de abastecimento público de água; -----

Por outro lado, agora, enquanto Vereador da oposição, pugnando pela promoção, num espaço de quatro meses, de todas as medidas indispensáveis à melhoria, qualitativa e quantitativa, do sistema de abastecimento público de água do Concelho de Chaves. -----

## I

### ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

#### 1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 22 de fevereiro de 2018. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

#### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

#### 3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

#### 4. FREGUESIAS

## II

**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:****1. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO. INF. 22/DAF/18. PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Dos Factos -----**

1. Foram entregues, na Divisão de Administração e Fiscalização, pelo Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, em funções à data, Arq. Castanheira Penas, vários processos de contraordenação instaurados pelo Município de Chaves e relativos a diferentes ilícitos contraordenacionais, conforme auto de entrega datado de 20/10/2017, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa ao presente.

2. Por razões que estes serviços desconhecem, os retromencionados processos contraordenacionais não tiveram qualquer impulso procedimental, ficando no gabinete do então referido Vereador. -----

3. De facto, não obstante a existência de proposta de fundamentação de decisão, no âmbito dos referidos processos, não vieram os mesmos, a ser objeto de tomada de decisão definitiva; -----

4. Sendo certo que não se registou a prática de qualquer ato administrativo entre o período que vai desde a receção dos processos pelo aludido vereador, à data em funções, e o dia 20/10/2007, data da tomada de posse do novo executivo municipal.-----

5. Partindo de tal enquadramento, foi solicitado a estes serviços pronúncia sobre as consequências advenientes de tal inação, em especial, quanto aos prazos de prescrição previstos no quadro legal em vigor. -----

6. Nestas circunstâncias, registaram-se Processos de contraordenação, que não obstante a existência de proposta de fundamentação, não vieram a ser objeto de tomada de decisão definitiva;

**II - Do Enquadramento Legal -----**

1. O regime legal das contraordenações encontra-se definido no Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, o qual tem vindo a sofrer algumas alterações, designadamente, a introduzida pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, aos artigos 27.º, 27.º - A e 28.º, relativa à prescrição. -----

2. Ora, a prescrição consiste na extinção de um direito em virtude do decurso de certo período de tempo e a verificar-se essa exceção, a mesma tem por efeito a extinção do procedimento contraordenacional.

3. Quanto à prescrição, estabelece o art.27º e ss., do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, dois tipos de prescrição, muito concretamente, a prescrição do procedimento e a prescrição da coima. -----

4. Na verdade, a prescrição do procedimento pressupõe a inexistência de decisão definitiva sobre determinado processo, dentro dos prazos definidos no art.27º, a contar da prática da contraordenação, a saber:

a) Cinco anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante máximo igual ou superior a € 49.879,79;

b) Três anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante igual ou superior a € 2493,99 e inferior a € 49.879,79; -----

c) Um ano, nos restantes casos, -----

5. A prescrição da coima verifica-se quando, existindo a aplicação de uma coima, de forma definitiva ou com trânsito em julgado, a mesma

não seja cobrada nos prazos referidos no art.29.º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, a saber: -----

a) Três anos, no caso de uma coima superior ao montante máximo previsto no n.º1, do art.17.º, do referido diploma legal; -----

b) Um ano, nos restantes casos. -----

6. Nestes casos, o prazo conta-se a partir do carácter definitivo ou do trânsito em julgado da decisão condenatória. -----

7. Atenda-se, contudo, que existem situações em que os prazos de prescrição são interrompidos ou suspensos. -----

8. A interrupção provoca a recontagem do prazo de prescrição, voltando o mesmo ao início. -----

9. A suspensão determina a paragem do prazo, retomando-se a contagem do mesmo uma vez que cesse a causa de suspensão, não destruindo, contudo, o prazo já decorrido antes da causa de suspensão. -----

10. Relativamente à prescrição do procedimento, a mesma considera-se suspensa, nos termos do artigo 27º-A, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, nas seguintes situações: -----

a) Não puder legalmente iniciar-se ou continuar por falta de autorização legal; -----

b) Estiver pendente a partir do envio do processo ao Ministério Público até à sua devolução à autoridade administrativa, nos termos do art. 40.º; -----

c) Estiver pendente a partir da notificação do despacho que procede ao exame preliminar do recurso da decisão da autoridade administrativa que aplica a coima, até à decisão final do recurso. -

11. A prescrição do procedimento por contraordenação interrompe-se:

a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----

b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----

c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito;

d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----

12. E, não obstante poderem verificar-se causas de interrupção ou de suspensão do procedimento contraordenacional, existe um limite temporal máximo a partir do qual se opera sempre a prescrição do procedimento, uma vez que, ao abrigo do n.º3, do art.28.º, do retrocitado diploma legal, a prescrição do procedimento tem sempre lugar quando tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade.

13. É pois, partindo de tal enquadramento legal, que deverão ser analisados os processos de contraordenação em questão, descortinando se os mesmos, por força da prescrição, se encontram, ou não, na presente data, extintos. -----

14. De facto, verificando-se a prescrição do procedimento, a Autarquia Local perde o direito de poder perseguir e punir, pelo meio sancionatório correspondente, o agente autor de uma infração punida e prevista como contraordenação. -----

15. Assim, após análise dos processos, em causa, não obstante a existência de proposta de fundamentação de decisão, não vieram a ser objeto de decisão definitiva, os seguintes processos: -----

86/2011 - 110/12 - 120/12 - 275/12 - 31/13 - 32/13 -115/13 - 8/14 - 33/16 -. -----

16. Antes de avançar, importa, desde já, referir que a falta de decisão definitiva e respetiva comunicação ao arguido faz com que o prazo de prescrição do procedimento continue a contar. -----

17. Ora, em todos os casos supra assinalados, não vieram os respetivos arguidos a ser notificados de qualquer decisão praticada no âmbito do correspondente processo contraordenacional. -----

18. Segundo o art.5º, do DL n.º433/82, de 27/10, "O facto considera-se praticado no momento em que o agente actuou ou, no caso de omissão, deveria ter atuado, independentemente do momento em que o resultado típico se tenha produzido". -----

19. Assim sendo, e de acordo com as regras legalmente previstas, o prazo de prescrição deverá ser contado a partir do momento em que a contraordenação foi praticada ou, em alternativa, a partir do momento em que se verificou uma das circunstâncias interruptivas da prescrição, a saber: -----

a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----

b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente, exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----

c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito;

d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----

Partindo de tal enquadramento, poder-se-á elaborar a seguinte tabela, a saber: -----

| Processo | Prazo de Prescrição | Data de Infração | Interrupção                                       | Data da Interrupção | Prescrição |
|----------|---------------------|------------------|---|---------------------|------------|
| 86/2011  | 5 anos              | 07/06/2011       | Alegações/arguido                                 | 04/08/2011          | 03/08/2016 |
| 110/2012 | 5 anos              | 23/03/2012       | Alegações/arguido                                 | 25/04/2012          | 24/04/2017 |
| 120/2012 | 5 anos              | 16/04/2012       | Alegações/arguido                                 | 04/05/2012          | 03/05/2017 |
| 275/2012 | 5 anos              | 17/08/2012       | Alegações/arguido                                 | 29/05/2012          | 28/05/2017 |
| 31/2013  | 3 anos              | 09/03/2013       | Alegações/arguido                                 | 10/04/2013          | 09/04/2016 |
| 32/2013  | 3 anos              | 09/03/2013       | Notificação para o exercício do Direito de defesa | 17/04/2013          | 16/04/2016 |
| 115/2013 | 3 anos              | 28/08/2013       | Notificação para o exercício do Direito de defesa | 17/09/2013          | 16/09/2016 |
| 8/2014   | 3 anos              | 18/01/2014       | Notificação para o exercício do Direito de defesa | 20/02/2014          | 19/02/2017 |
| 33/2016  | 1 ano               | 07/02/2016       | Notificação para o exercício do Direito de defesa | 15/03/2016          | 14/03/2017 |

20. Ora, da análise do quadro supra, rapidamente se conclui que, todos os processos contraordenacionais nele descritos se encontram, na presente data, prescritos, pelo que, nos termos e por força do disposto no artigo 27º, do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, devem ser considerados extintos<sup>1</sup>. -----

### III - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental, a saber: -----

---

<sup>1</sup> Neste sentido, vale a pena transcrever um excerto do acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo 07259/13, do dia 13/3/2014 "1. A prescrição do procedimento contra-ordenacional consubstancia excepção peremptória (pressuposto processual negativo) de conhecimento oficioso em qualquer altura do processo, até à decisão final (...), obstando à apreciação da matéria de fundo e gerando o arquivamento dos autos." -----

a) Determinar com base nas razões acima enunciadas, a prescrição, e consequente, arquivamento dos processos de contraordenação n.ºs: --- 86/2011 - 110/2012 - 120/2012 - 275/2012 - 31/2013 - 32/2013 - 115/2013 - 8/2014 - 33/2016; -----

b) Logo, que tal decisão venha a ser prestada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento dos infratores, conforme o teor do n.º1, do art.46.º, do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações; -----

c) De imediato, remessa da presente informação para o gabinete da Chefe de Divisão de Administração e Fiscalização, Dra. Sandra Lisboa Delgado. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 22 de janeiro de 2018. -----

A Trabalhadora em funções públicas -----

(Ana Tomaz)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 09.02.2018** -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração do Vereador responsável, Eng. Victor Santos. -----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.12.** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para conhecimento. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS; - MORTE DE 15 BOVINOS COM EVENTUAL ORIGEM NO SANEAMENTO DA ALDEIA DE MAIROS; REQ: PALMIRA CONCEIÇÃO ALVES GARCIA PIRES. INF. 42/DAF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Dos Factos** -----

1. Na sequência de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 6051, datado do pretérito dia 31/07/2017, Palmira Conceição Alves Garcia Pires vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assumira o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na sequência da morte de 15 bovinos. -----

2. Para o efeito invoca que a morte dos bovinos tem, aparentemente, causa no saneamento da aldeia de Mairos. -----

3. Através de deliberação tomada pelo órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 11 de janeiro de 2018, a qual recaiu sobre a Informação n.º 2/DAF/2018, produzida por estes serviços no dia 3 de janeiro, veio a ser praticada decisão consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão formulada, com base nas razões exaradas na retromencionada informação. -----

4. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

5. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta autarquia local n.º 1190/18, datado do pretérito dia 30/01/2018, veio invocar um novo conjunto de argumentos, juntando, para o efeito nova documentação. -----

6. Através da Informação/proposta n.º 24/2018, produzida por estes serviços no pretérito dia 2 de fevereiro de 2018, veio a ser solicitado, ao Gabinete de Fiscalização Sanitária, que se pronunciasse, por escrito, sobre os argumentos invocados pela interessada, em sede de audiência prévia dos interessados. -----

7. Dando cumprimento ao solicitado, o Gabinete de Fiscalização Sanitária produziu a informação n.º 10/2018, datada do dia 15/02/2018, concluindo o seguinte: -----

*"Assim os argumentos invocados no aludido requerimento não contribuem para uma nova conclusão, conforme Relatório n.º 61/2017, de 30/09/2017".* -----

8. Assim, sobre a presente matéria, cumpre-me informar o seguinte:

## **II - Do Direito** -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

2. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

3. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

5. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

6. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

7. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----



Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

8. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que a morte dos bovinos teve, aparentemente, origem no saneamento da aldeia de Mairós. -----

9. Sucede, porém, que o Médico Veterinário Municipal concluiu, quer no âmbito do relatório n.º 61/2017, quer na Informação n.º 62/2017, que não foram encontradas provas conclusivas quanto à causa da morte dos bovinos, apontadas pela requerente, ou seja, provas conclusivas que permitam concluir que a causa da morte dos bovinos, em causa, tenha sido a água de saneamento proveniente da aldeia de Mairós. -----

10. Sendo certo que, a peticionária, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 1190/18, datado do pretérito dia 30/01/2018, ainda veio apresentar um conjunto de argumentos na tentativa, diga-se legítima, de alterar o sentido de decisão manifestada pelo órgão executivo. -----

11. Contudo, não obstante os argumentos invocados, o Médico Veterinário Municipal manteve a posição constante, quer do relatório n.º 61/2017, quer da Informação n.º 62/2017, tudo conforme as razões apontadas na Informação n.º 10/2018, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente informação. -----

12. Ora, de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

13. Não se logrando provar a existência de tal nexo de causalidade, fica prejudicada, como é evidente, a imputação de responsabilidade civil extracontratual a esta autarquia local. -----

14. Pelo que, fazendo fé nas conclusões tiradas pelo Médico Veterinário Municipal, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

15. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

### **III - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no indeferimento da pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) Por último, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete da Vereadora responsável pela respetiva área de intervenção, Eng.ª Paula Chaves. - É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 26 de fevereiro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 27.02.2018** -----

Visto. Concordo com a presente informação sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do Órgão Executivo, em vista à adoção de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido, de acordo com as razões exaradas nesta informação. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.28.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 02/03/2018** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: FRANCISCO JOSÉ DAS NEVES FAÍSCA. INFORMAÇÃO Nº. 44/DAF/18.-**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - Dos Factos** -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Francisco José das Neves Faísca, com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, sob o n.º 2057/18, datado do pretérito dia 20/02/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 4 prestações do valor em dívida, a título de consumos de água que não foram pagos. -----

2. O requerente invoca para o efeito, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida e que se encontra a residir no estrangeiro. -----

3. Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, à data da apresentação do requerimento, à quantia total de € 416.94, cujo executado é Francisco José Neves Faísca<sup>2</sup>. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: --

#### **II - Do Enquadramento Legal** -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196º do CPPT. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização** (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -,

<sup>2</sup> Código Cliente 317301 e CIL 40993. -----

encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor total de € 416,94<sup>3</sup>. -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 4 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

5. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPTT, na redação atual, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

7. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT. --

8. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artgo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

### **III - Propostas** -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento da pretensão do requerente, de acordo com o quadro legal aplicável, e relativa ao pagamento da quantia em dívida, em 4 prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos que se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, o requerente está dispensado de prestar garantia; -----

d) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo

---

<sup>3</sup> Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----  
 É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----  
 À consideração superior. -----  
 Chaves, 28 de fevereiro de 2018. -----  
 A Técnica Superior Jurista -----  
 (Ana Tomaz) -----

**PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES** -----

**Em anexo:** O correspondente Processo administrativo. -----

| N.º de Prestação | Montante  | Data de Vencimento |
|------------------|-----------|--------------------|
| 1                | € 104,235 | 30/04/2018         |
| 2                | € 104,235 | 30/05/2018         |
| 3                | € 104,235 | 30/06/2018         |
| 4                | € 104,235 | 30/07/2018         |

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 01.03.2018** -----

Visto. Concordo com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 05.03.2018** - À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: CARLOS MANUEL PEDRO SIMÕES. INF. 45/DAF/18.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Do Enquadramento** -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Carlos Manuel Pedro Simões, documento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 12129/16, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em prestações do valor em dívida, relativo a consumos de água efetuados e não pagos, - Código de Cliente 317117 -. 2.

Notificado o executado para a apresentação dos documentos demonstrativos da impossibilidade económica de efetuar o pagamento do valor em dívida de uma só vez, bem como apresentar o plano de pagamento pretendido, com indicação do número de prestações, não veio o executado apresentar qualquer documento quanto ao solicitado. -----

3. Assim, na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 25/01/2018, a qual recaiu sobre a Informação nº 235/DAF/2017, produzida por estes serviços, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de

indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

4. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art.121º e ss, do Código do Procedimento Administrativo. -----

5. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

6. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

## **II - Da Proposta** -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 235/2017, da Divisão de Administração e Fiscalização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do Código de Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -

c) Deverá, para os devidos efeitos legais, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

**Em anexo:** O correspondente processo administrativo -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 01.03.2018** -----

Visto. Concorro com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 05.03.2018 -**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **III**

### **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL**

**ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:**

**1. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4\_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO Nº26/SE Nº19/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação DDSC Nº91/SE Nº49/2017, de 28 de julho, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4\_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)", para o ano letivo 2017/2018 e que passo novamente a expor: -----

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4\_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

1- Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;  
- Comparticipação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos);-----

- Não atribuição de comparticipação - Alunos sem escalão.-----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar, previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4\_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas comparticipações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município; -----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeleira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeleira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves. -----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso". -----

Considerando que no âmbito do passe 4\_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deram entrada, no Município de Chaves, mais três pedidos de comparticipação financeira, de acordo com a seguinte tabela: -----

| Nome EE                            | NIF       | Nome Aluno                         | Escalão |
|------------------------------------|-----------|------------------------------------|---------|
| Bela Cristina Ramos dos Santos     | 215452445 | Diana Santos Ferreira              | B       |
| Fernando José Magalhães Cabugueira | 195810406 | Gonçalo Filipe Teixeira Cabugueira | A       |
| Muhindo Magendo                    | 273938045 | Ana Claris Muhindo                 | A       |

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2017/2018, é de 168,00€, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento. -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 22 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa dos alunos que utilizam o passe 4\_18, de acordo com o escalão e o valor do respetivo encargo. -----

\*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente ao Passe 4\_18, passa a ser de 4.968,80€ -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.02.22.**-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 02.03.2018** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018** **INFORMAÇÃO/DDSC N°27/SE N°20/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação n° 92/SE N°50/2017, de 28 de julho de 2017, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor: -----

"- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes; --

- A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas; -----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:

a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas; -----

- Comparticipação a 100% - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação; -----

- Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A; -----

- Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos." -----  
Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso". -----  
Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves mais 02 pedidos de comparticipação, distribuídos de acordo com as seguintes tabelas: -----  
ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTONIO GRANJO -----  
Passe comparticipado a 100%- Escalão A -----

| Nome do aluno:         | Localidade |
|------------------------|------------|
| Filipe da Costa Santos | Sandomil   |
|                        |            |

O aluno Filipe da Costa Santos está a frequentar o 10º ano com a medida educativa Currículo Específico Individual (CEI), do Decreto Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. -----  
De acordo com o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto que alterou o artigo 3º, do Decreto - Lei nº 299/84, de 5 de setembro, que passou a ter a seguinte redação: "O transporte escolar é gratuito até ao final do 3º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário". -----  
Considerando que o aluno Filipe da Costa Santos, procedeu ao levantamento gratuito, na Empresa Auto Viação do Tâmega, do passe escolar correspondente ao 2º período, sendo este encargo, no valor de 144,65€ suportado pelo ajuste direto nº27/SC/2017; -----  
Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 3º período é no valor de 123,61€ (tendo em conta o número de dias do 3º período (47 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor). Este valor pode sofrer alteração, caso haja um aumento do preço do tarifário e é suportado através do Ajuste Direto nº27/SC/2017. -----  
Passe comparticipado a 50%- Escalão A -----

| Nome do aluno:                | Localidade |
|-------------------------------|------------|
| Verónica Maria Oires Medeiros | Bóbeda     |
|                               |            |

Considerando que o valor previsto, com este encargo, referente ao 1º e 2º período, do ano letivo 2017/2018, é de 92,52€. -----  
Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 3º período é no valor de 37,00€ (tendo em conta o número de dias do 3º período (47 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor). Este valor pode sofrer alteração, caso haja um aumento do preço do tarifário. O valor da comparticipação referente ao 3º período é descontado, diretamente, quando da aquisição do passe, pela retrocitada aluna e debitado, posteriormente ao Município, pela Empresa Auto Viação do Tâmega, através do Ajuste Direto nº27/SC/2017. -----  
Assim, em anexo, segue o mapa com o valor referente à comparticipação atribuída à aluna Verónica Maria Oires Medeiros, para o respetivo



reembolso, devendo o respetivo encarregado de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados. -----  
Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento. -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----  
À consideração superior. -----

Chaves, 27 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa da aluna com o valor dos respetivos reembolsos -----

\*O encargo assumido pelo Município, até à presente data, referente às participações com os passes escolares do ensino secundário é no valor de 8.038,99€ -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.02.27.** -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 02.03.2018** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. PRORROGAÇÃO DO APOIO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº35/SHSDPC/N.º19/2018** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.02.19**-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16.** -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018** -

Visto. À Reunião de Câmara para efeitos de deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: MARIA AMÉLIA MOREIRA - ALDEIA DE MAIROS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº38/SHSDPC/N.º22/2018** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.02.22**-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16.** -----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -**

Visto. À Reunião de Câmara para efeitos de deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

#### V

#### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

#### 1- PLANEAMENTO

**1.1. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE VISTORIAS - ALOJAMENTO LOCAL -INFORMAÇÃO 71/DSCH/18-TÉCNICO: CHEFE DE DIVISÃO ANTÓNIO MALHEIRO.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1 - INTRODUÇÃO** -----

No Regime jurídico de exploração dos estabelecimentos de alojamento local, publicado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril, prevê-se, no n.º 1 do seu artigo 8.º, a realização por parte do município, no prazo de 30 dias após a apresentação da mera comunicação prévia, de uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem.-----

Neste momento o município de Chaves não dispõe de uma comissão de vistorias especificamente vocacionada para esta finalidade. Com vista à correção dessa lacuna, foi-nos solicitado pelo Diretor do Departamento de Coordenação Geral a elaboração de uma proposta com vista à constituição da referida comissão de vistorias. -----

#### **2 - ANÁLISE/PARECER** -----

Embora aparentemente as questões sujeitas a verificação no âmbito das vistorias acima mencionadas sejam apenas formais, existem temas com um carácter mais substancial, designadamente os que se referem à confirmação do conteúdo do termo de responsabilidade subscrito pelo titular da exploração do estabelecimento, onde aquele assegura a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para a prestação de serviços de alojamento e que o mesmo respeita as normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

É nesse contexto que a comissão deverá assegurar um caráter interdisciplinar, abrangendo as áreas da arquitetura, da engenharia e do turismo, decisivas para o cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas.-----

### **3 - PROPOSTA** -----

Face ao acima exposto propõe-se que este assunto seja submetido à próxima reunião do executivo municipal com vista a:-----

a) Aprovar a presente proposta de criação de uma comissão de vistorias para o Alojamento Local, no âmbito do n.º 1 do artigo 8.º do Regime jurídico de exploração dos estabelecimentos de alojamento local, publicado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril, que terá a seguinte composição: -----

Membros efetivos: -----

- Sofia Tenreiro Ataíde Costa Gomes, arquiteta (técnica superior da Divisão Salvaguarda do Centro Histórico; -----
- Branca Manuela Gil Ferreira, engenheira civil (técnica superior da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território; -----
- Filipa Abreu Alegria Martins Costa Leite, bacharel em Gestão de Marketing, (técnica superior da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade. -----

Membros Suplentes: -----

- Pedro Miguel Santos Monteiro, licenciado em Recreação, Lazer e Turismo (técnico superior da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade; -----
- Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, engenheira civil (técnica superior da Divisão de Obras Públicas); -----
- Luís Miguel Ferreira Santos, arquiteto (técnico superior da Divisão de Projetos e Mobilidade). -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da presente proposta a todos os colaboradores municipais cuja designação se propõe. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 05.03.2018** - À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

## **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

### **3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

**3.3. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 51/16, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROCESSO N.º 245/15 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AV. HERÓIS DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 01.02.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO**-----

Através da comunicação, registada nesta unidade orgânica com o n.º 1502/17, a promotora vem ao processo registado com o n.º 245/15, dizer que já foi efectuada a correcção do pavimento na Avenida Heróis de Chaves.-----

**2-ANTECEDENTES**-----

2.1-Em 14-07-2016, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 51/16, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.-----

2.2-INFORMAÇÃO n.º 324/SCOU/2017, presente em reunião de câmara de 17 de março de 2017, sobre a qual o Executivo deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Eng.º João Adérito Moura Moutinho, as seguintes resoluções:-----

-Nos temos do disposto no n.º 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, no sentido de indeferir o pedido de receção provisória das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do domínio Público N.º 51/16;-----

-Notificar a interessada para no prazo de 30 dias, proceder às correcções necessárias na pavimentação do passeio, de acordo com o n.º 1 do artigo 26º do dispositivo legal acima referido.-----

**3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO**-----

**3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**-----

O pedido tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

**3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal**-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no n.º 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

**5-PARECER-----**

5.1-Por deslocação ao local, constatou-se que já se encontra anulada a fissuração da pavimentação executada, na envolvente da caixa de visita - CVP NOS, situada na Avenida Heróis de Chaves, a qual foi referida no item 3 do Auto de Vistoria, constante no processo a folha nº 181.-----

5.2-Neste contexto, as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 51/16, encontram-se em bom estado de execução, sem indícios de ruína ou falta de solidez, podendo serem alvo de receção.-----

**6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de receção das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 51/16.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o nº 5 do artigo 54º do RJUE, a caução poderá ser reduzida para o montante de € 592,54 (quinhentos e noventa e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos).-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 419/15 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a libertação do montante de **€ 5 332,86 (cinco mil trezentos e trinta e dois euros e oitenta e seis cêntimos)**, correspondente a 90% do valor da caução prestada em numerário, através da guia Nº 2016/1/116, constante no processo a folha nº 172.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 28.02.2018:-----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de receção provisória das obras de telecomunicações em causa, tituladas pelo Alvará de ocupação do domínio público N.º 51/16, bem como na redução do valor da caução prestada pela empresa interessada, nos termos sugeridos no ponto «6-PROPOSTAS DE DECISÃO».-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.4. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 2/16, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA – PROCESSO N.º 419/15 – NOS – COMUNICAÇÕES, S.A. – RUA AUGUSTO GIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 01.02.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

Através da comunicação, registada nesta unidade orgânica com o nº 879/17, a promotora vem ao processo registado com o nº 419/15, dizer que o pavimento do passeio da rua Augusto Gil, já se encontra corrigido.-----

**2-ANTECEDENTES-----**

2.1-Em 07-01-2016, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 2/16, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.-----

2.2-INFORMAÇÃO nº 323/SCOU/2017, presente em reunião de câmara de 17 de março de 2017, sobre a qual o Executivo deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Engº João Adérito Moura Moutinho, as seguintes resoluções:-----

-Nos temos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, no sentido de indeferir o pedido de receção provisória das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do domínio Público Nº 2/16;-----

-Notificar a interessada para no prazo de 30 dias, proceder às correcções necessárias na pavimentação do passeio, de acordo com o nº 1 do artigo 26º do dispositivo legal acima referido.-----

**3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

**3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

**3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

**5-PARECER-----**

5.1-Por deslocação ao local, constatou-se que já se encontra anulado o assentamento do passeio em blocos de betão na rua Augusto Gil, referido no item 3 do Auto de Vistoria, constante no processo a folha nº 181.-----

5.2-Neste contexto, as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 2/16, encontram-se em bom estado de execução, sem indícios de ruína ou falta de solidez, podendo serem alvo de receção.-----

**6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 27° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de receção das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 2/16.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no n° 3 do artigo 27° do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o n° 5 do artigo 54° do RJUE, a caução poderá ser liberada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o n° 419/15 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a liberação do montante de **€ 636 (seiscentos e trinta e seis euros)**, correspondente a 100% do valor da caução prestada em numerário, através da guia N° 2016/1/4, constante no processo a folha n° 170.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 28.02.2018:**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de receção definitiva das obras de telecomunicações em causa, tituladas pelo Alvará de ocupação do domínio público N.º 2/16, bem como na liberação do valor da caução prestada pela empresa interessada, a favor do município, nos termos sugeridos no ponto «6-PROPOSTAS DE DECISÃO».-- Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE COBRE – PROCESSO N.º 347/16 – MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. – SANJURGE E BUSTELO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.<sup>a</sup> CONCEIÇÃO REI DATADA DE 06.02.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO**-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n° 838/16, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

-Instalação de 10 postes de madeira nas ruas situadas em Sanjurge: rua Central, rua das Taranheiras e rua do Escudeiro;-----

-Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea).-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1685/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003112187.-----

1.3-No requerimento registado com o nº 1685/17, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

## **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

### **2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----**

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º5, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

### **2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----**

#### **4 Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

#### **5 Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----



As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º<sup>6</sup> do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º<sup>7</sup> e 9º do mesmo diploma legal.-----

### **3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----**

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão e da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção; -----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros

### **6 Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----**

- 1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----
- 2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.
- 3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----
- 4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----
- 5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

### **7 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

- Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----
- a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1685/16.-----

#### **PARECERES INTERNOS-----**

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Srª Engª Fernanda Maria D.B. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 14-07-2016;-----

-Parecer favorável, do Srº Engº Nuno Bento, datado de 22-08-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

#### **4-PARECER-----**

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a instalação de 10 postes de madeira de altura de 9,0 m, a situar em três arruamentos de Sanjurge: rua Central, rua das Taranheiras e rua do Escudeiro e instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea). em vários arruamentos das freguesias de Bustelo e União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 45 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 60 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **60 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de **€ 1 113 (mil cento e treze euros), com IVA incluído.**-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento **a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.**-----

#### **5-PROPOSTAS-----**

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a realização de obras de Telecomunicações supra referidas e a substituição da rede aérea de cobre em infraestruturas existentes.---

**CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

#### **Dados Gerais:-----**

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP\_ZONA\_128396, constante no processo registado com o nº 347/16, a folha nº 42.-----

-Período da licença - 60 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €<sup>8</sup>-----  
 -Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,80 €  
 -Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....6,40 €  
 -Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....129,60<sup>9</sup> €  
 TOTAL A PAGAR..... **146,80€**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 347/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 838/16, constante no processo a folha nº 51, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 21`nº 23 e da nº 43 à nº 47 e nº 20 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão<sup>10</sup> do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----  
 À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 28.02.2018:**-----

<sup>8</sup> Paga através da guia - Documento DRI 00/1403, a folha nº 52-----

<sup>9</sup> 29 Juntas.-----

<sup>10</sup> **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço do domínio público para a realização das obras de telecomunicações em causa, bem como para a substituição da rede aérea de cobre em infraestruturas existentes, nos termos sugeridos no ponto «5-PROPOSTAS» e com as condições de licenciamento expressas no item 4.3 desta informação.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 4.4 e 5.2 e seguintes desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.6. OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/08, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 3/07 - LEGRINVEST, LDA. - LUGAR DE CASCALHEIRA, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 01.02.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO**-----

1.1-Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 2167/17, em 04-12-2017, a promotora vem a processo comunicar que já se encontram levadas a efeito as correcções às obras de urbanização, mencionadas no item 4.1 da Informação N.º 248/SCOU/2016, presente em reunião de câmara de 26 de maio de 2017.-----

#### **2-ANTECEDENTES**-----

Em reunião de câmara de 26-05-2017, sob proposta da informação N.º 248/SCOU/2016, o Executivo adotou as seguintes resoluções:-----

2.1-Deferir o pedido de receção definitiva de todas as obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/2008, com exceção dos Aruamentos, orçados no montante de 97 321,74 €, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

2.2-Libertar 100% do valor da caução, correspondente à rede de Distribuição de Gás, orçada no montante de 46 619 €.-----

2.3-Notificar a promotora para no prazo de 30 dias, proceder às correcções mencionadas no item 4.1 da presente informação técnica, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 105.º do RJUE, sob pena de a Câmara Municipal se substituir à interessada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 84.º do mesmo diploma legal.-----

2.4-Comunicar ao Banco Espírito Santo, S.A, que a garantia bancária N.º 344 597, emitida em 30-09-2008, poderia ser reduzida para o montante

de € 9 732,16<sup>11</sup> (nove mil setecentos e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos), na sequência da deliberação camarária que recaiu sobre a INFORMAÇÃO N° 248/SCOU/2016 e de acordo com o disposto no artigo 54° do diploma legal retrocitado.-----

### **3-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----**

No seguimento da comunicação da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 16 de janeiro de 2018, de uma vistoria técnica aos trabalhos mencionados no item 4.1 da INFORMAÇÃO N° 248/SCOU/2017, titulados pelo alvará de loteamento n° 2/08.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

### **5-PARECER-----**

Por leitura do Auto de Recepção Definitiva, conclui-se que os Arruamentos titulados pelo alvará de loteamento n° 2/08, são passíveis de serem objecto de recepção definitiva.-----

### **6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 87° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n° 136/2014, de 9/9, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de receção definitiva dos Arruamentos titulados pelo alvará de loteamento n° 2/08.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no n° 5 do artigo 54° do diploma legal acima referido, o valor remanescente da caução poderá ser liberado.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que seja comunicado ao Banco Espírito Santo, S.A, que a garantia bancária N° 344597, emitida em 30-09-2008, actualmente com o valor residual de **€ 9 732,16 (nove mil setecentos e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos)**, poderá ser liberada.-----

6.4-Notificar a interessada do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria N° 2/18 e da presente informação técnica.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 21.02.2018:-----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de receção definitiva das obras de urbanização em causa, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/08, bem como na liberação do valor remanescente da caução prestada pela promotora, sob a forma de garantia bancária N.º 344597, emitida em 30-09-2008 a favor do Município de Chaves, no montante de € 9.732,16 (nove mil setecentos e trinta e dois euros e dezassete cêntimos).-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

<sup>11</sup> 0,10 x ( 97 321,64 € ).-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/05, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 4/10 - HACOP, IMOBILIÁRIA, LDA. - QUINTA DAS MIMOSAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 20.02.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 51/18, em 04-01-2018, o Srº Manuel da Costa Salgado, solicita a receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/05.-----

**2-ANTECEDENTES-----**

2.1-Nos termos do disposto no artigo 74º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6, foi emitido em 4 de abril de 2005 o alvará de loteamento nº 2/2005, em nome de HACOP- Imobiliária Lda, Lda., o qual titulou o licenciamento da operação de loteamento e respectivas obras de urbanização, incidentes sobre o prédio rústico, conhecido por Quinta das Mimosas, Freguesia de Santa Maria Maior, inscrito na matriz predial da anteriormente freguesia de Chaves sob o artigo 1180º e descrito na Conservatória do registo Predial de Chaves com o nº 00733/200287.----

2.2-Todas as obras de urbanização, inerentes aos Arruamentos, às Redes de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, de Telecomunicações e de Eletricidade, orçadas inicialmente no montante de € 84 653,51 (oitenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), já foram recebidas provisoriamente, nos termos do disposto no artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final.-----

2.3-A caução a que se refere o artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posterior alteração, constante no processo administrativo registado com o nº 58/94 e destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/2005, é a hipoteca voluntária, a favor do Município de Chaves, do prédio urbano sito na Quinta das Mimosas, freguesia de Santa Maria Maior, inscrito na anteriormente freguesia de Chaves, sob o artigo 6237º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 03673/080600, com a área de 2 337m2.-----

**3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

**3.1--No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

**4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----**

No seguimento do pedido do interessado, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 23 de janeiro de 2018, de uma vistoria técnica às obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/05.

4.2-Dar a conhecer ao interessado, a fim de o mesmo integrar a comissão de vistorias.-----

#### **5-PARECER-----**

Por leitura do Auto de Receção Definitiva, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais, conclui-se que as obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/05, nomeadamente Arruamentos, rede de Abastecimento de Água, redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais e Telecomunicações, recebidas provisoriamente em reunião de câmara de 07-02-2011, sob proposta da informação técnica de 02-02-2011, não são passíveis de serem objeto de receção definitiva.-----

#### **6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/05, em virtude de as mesmas se encontrarem em mau estado de execução, com indícios de ruína e falta de solidez.-----

6.2-De acordo com o disposto nos artigos 121º<sup>12</sup> e 122º<sup>13</sup> do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dada aos interessados o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no nº1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----

---

#### <sup>12</sup> **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

#### <sup>13</sup> **Artigo 122º - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.-

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

6.3-Que, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 396° do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29/01, o qual aprovou o Código dos Contratos Públicos, o Executivo delibere notificar o Administrador da Insolvência da firma HACOP- Imobiliária, Lda, Dr° Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, para dentro do prazo de **60 dias**, proceder à rectificação dos trabalhos, orçados no montante de **€ 6 177,68 (seis mil cento e setenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos)** - com IVA incluído, referentes à Pavimentação do arruamento, correcção do remate das tampas das caixas de visita executadas e Sinalização Horizontal, conforme mencionado no Mapa de Medições e Orçamento que se anexa à presente informação técnica.-----

6.4-Decorrido o prazo de 60 dias, o presente processo administrativo, o qual culminou com a emissão do alvará de loteamento n° 2/05, deverá regressar aos Serviços Técnicos para prosseguimento do procedimento - realização de nova vistoria para receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará n° 2/05. -----

6.5-De acordo com o disposto no n° 4 do artigo 87° do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, caso o interessado não proceda à correcção das referidas obras de urbanização, no prazo para o efeito fixado, a câmara procede em conformidade com o disposto no artigo 84° do referido diploma legal.-----

6.6-Notificar o Administrador da Insolvência da firma HACOP-Imobiliária, Lda, Dr° Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Economista com escritório na Quinta do Agrelo, Rua do Agrelo, n° 236 - 4770-831 CASTELÕES - VNF, do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 21.02.2018:-----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de receção definitiva das obras de urbanização em causa, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05, pelos motivos expostos no ponto 6.1 deste documento.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.2 e seguintes desta informação. -----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.8. PASSAGEM DE CABOS EM INFRAESTRUTURAS PRÉ-EXISTENTES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 888/17 - NOS - COMUNICAÇÕES,**



**S.A. - LUGAR DE COCANHA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 02.03.2018.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO**-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 2277/17, em 21-12-2017, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes<sup>14</sup> e para a qual foi solicitada a devida autorização à entidade responsável, na rua abaixo indicada, situada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Avenida da Cocanha, freguesia de Santa Cruz/Trindade - 560 ml;-----

#### **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO**-----

##### **2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal**-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3<sup>15</sup>º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

##### **2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)**-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4<sup>o16</sup>, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no nº 2 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1.-----

##### **2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.**-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8<sup>o17</sup> e 9º do mesmo diploma legal.-----

---

<sup>14</sup> O sublinhado é nosso.-----

<sup>15</sup> **Artigo 3º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

<sup>16</sup> **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----  
ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

<sup>17</sup> **Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios**-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

## PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 25-01-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Sr<sup>o</sup> Eng<sup>o</sup> Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 24-01-2018.-----

**3-PARECER**-----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicação, no arruamento acima mencionado.-----

3.2-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 25-01-2018, o valor da caução é de € 636 ( seiscientos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

3.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 2 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

3.4-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - 30 dias;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 ( seiscientos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

3.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Sr<sup>o</sup> Eng<sup>o</sup> Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

**4-PROPOSTAS**-----

4.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes no arruamento supra referido, nas condições mencionadas no item 3.4 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----  
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

**Cálculo das taxas a suportar pela interessada**-----**Dados Gerais:**-----

-Extensão da rede de Telecomunicações - **560 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

**Cálculo:**-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º).....54,00 €-----

-Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,80 €

d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,20 €  
 -Pela ocupação do solo ou subsolo, com tubos, condutas e cabos condutores por metro linear e por ano (nº 8 do artigo 20º)---560,00 €  
**TOTAL A PAGAR..... 628,00 €**

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo a interessada nesse dia indicar por escrito a data do início dos trabalhos.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 888/17, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 2277/17, acompanhado das Plantas de Localização, constante no processo a folha nº 197 e nº 198 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

4.4-Após a emissão<sup>18</sup> do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na DPM, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento.-----

4.5 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido.-----  
 À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. DESTAQUE DE PARCELA, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 556/17 - CARLOS FERNANDES ALVES CARNEIRO - LUGAR DE CEIRINHA, FREGUESIA DE CURALHA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 01.03.2018.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I- ANTECEDENTES** -----

O requerente é titular da Licença de Construção n.º 15/99, para construção de uma habitação de r/chão e andar, com a área de 385,70 m2, bem como possui alvará de Licença de Utilização n.º 328/00.-----

**II- PRETENSÃO**-----

<sup>18</sup> **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

O Sr. Carlos Fernandes Alves Carneiro vem através do requerimento n.º 1422/17, referente ao processo n.º 556/17, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1161/20160902 e inscrita na matriz com o n.º 375, situada em Lugar de Ceirinha, freguesia de Curalha no concelho de Chaves.-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar de Ceirinha, freguesia de Curalha, inscrito na matriz urbana sob o n.º 375, com a seguinte descrição:-----

Área total do Terreno = 5532,00 m2-----

Área Coberta = 131,67 m2-----

Área Descoberta = 5400,33 m2-----

### **III-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----**

#### **2.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----**

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 556/17 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 5532,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em dois espaços distintos: -----

**2.1.1-** Parte do terreno que confronta com a via publica, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados.

**2.1.2-** A restante parte de terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e Subcategoria 4.3.A -Espaços Agro-Flrestais Comuns.-----

#### **2.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O processo n.º 556/17 enquadra-se no preceituado no n.º 10 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), devendo observar, o disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior, bem como se enquadra no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

### **III- ANALISE PROCESSUAL -----**

Em conformidade com a informação técnica de 18/08/2017, e despacho do Chefe de Divisão da DGOT datado de 04/09/2011, o qual foi novamente enviado para minha avaliação do pedido à luz da legislação atrás enunciada em 22/11/2017.-----

Face ao teor do despacho do Chefe de Divisão- Eng. Geraldês -em 04/09/2017, do qual se reporta que ....***“Verificando-se na situação em concreto, que a área maior da parcela a destacar se localiza dentro do perímetro urbano, haverá portanto que aplicar, sem hesitação, a norma legal instituída no n.º 4, do referido artigo 6.”***....-----

Neste contexto, e dado que superiormente foi entendido não existir obstáculo, em termos legislativos, julga-se salvo melhor opinião, nada haver a opor ao deferimento da pretensão. -----

No processo encontra-se certidão de registo predial, registo n.º 1161/20160902, levantamento topográfico do terreno, termos de responsabilidade pela execução do pedido formulado, bem como plantas do destaque. -----

Neste enfoque, julga-se assim, salvo melhor opinião, que cumpre os requisitos constantes no n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

Face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 1 109,70 m2, da qual se encontra dentro do perímetro urbano 806,40 m2 de área, e fora do perímetro 303,30 m2. A parcela restante (parcela mãe) possui uma área 4 422,30 m2.-----

### **V- PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento da pretensão do requerente, e consequente emissão da certidão de destaque solicitada através do requerimento n.º 1422/17, À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

Visto. Concorde com o teor da informação técnica, que antecede. Sugere-se o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista à obtenção da competente decisão administrativa. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

**1.1. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - APROVAÇÃO DE SUBEMPREITEIRO.** -----

Foi presente a informação nº 73/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Enquadramento** -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.

#### **II - Fundamentação** -----

Com vista à aprovação por parte do dono de obra, para a admissão de subempreiteiros, a entidade executante, através de correio eletrónico datado de 21/02/2018 às 15:50, vem apresentar os documentos que respeitam ao contrato de subempreitada, da seguinte empresa: -----  
VIVER - JARDINS URBANOS, LDA. -----

- ALVARÁ 59472-PUB -----
- CONTRATO DE SUBEMPREITADA -----
- RECIBO DE SEGURO AT -----
- CERTIDÃO DA SEGURANÇA SOCIAL -----
- CERTIDÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA -----

### **III - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

1. Da análise dos elementos apresentados, conclui-se que este subempreiteiro reúne as condições preceituadas na cláusula 48º do caderno de Encargos, nos artigos 383º e seguintes do CCP, nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do D.L. 12/04 de 9 de janeiro e da portaria 19/2004 de 10 de janeiro, com salvaguarda inclusive do somatório dos valores subcontratados até à data, não ultrapassar 75% do valor global da obra. Neste contexto, os trabalhos subcontratados, com "VIVER - JARDINS URBANOS Lda.", correspondem ao fornecimento e plantação de árvores, trabalhos descritos no mapa de medições que faz parte integrante do contrato de subempreitada e representam 1,76%, do valor global da obra. -----

2. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aceitação do referido subempreiteiro, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

- a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --
- b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 22 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Em Anexo: cópia da documentação do subempreiteiro -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.02.22. -**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.2. "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA CARREIRA DA VILA". RECEÇÃO DEFINITIVA.-**  
Foi presente a informação nº 70/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Enquadramento -----**

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, nº 193 de 6 de Outubro de 2009, concurso público

tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Requalificação da Rua da Carreira da Vila". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 7 de Dezembro de 2009, o Município de Chaves adjudicou à empresa "DACOP, Construções e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 3 de Fevereiro de 2010. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 342.025,12€ (Trezentos e quarenta e dois mil e vinte e cinco euros e doze cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O Auto de consignação data de 4 de Março de 2010. -----

7. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 7 de Fevereiro de 2011, o Município de Chaves aprovou Trabalhos a Mais no valor de 5.127,50€, que tiveram consignação no dia 12 de Março de 2011. -----

8. Foi feita a revisão de preços que resultou num auto no valor de 8.595,21€ -----

9. A receção provisória ocorreu no dia 10 de Outubro de 2011. -----

10. De harmonia com a deliberação camararia tomada em reunião ordinária do dia 10 de Dezembro de 2012, O Município de Chaves autorizou a liberação da caução prestada em 30% do total da caução, no valor de 10.672,44€, correspondente ao primeiro ano do prazo de garantia da obra. -----

11. De harmonia com a deliberação camararia tomada em reunião ordinária do dia 19 de Dezembro de 2013, O Município de Chaves autorizou a liberação da caução prestada em 30% do total da caução, no valor de 10.672,44€, correspondente ao primeiro ano do prazo de garantia da obra. -----

12. O Município de Chaves, de harmonia com a deliberação camararia tomada em reunião ordinária do dia 2 de Janeiro de 2015, autorizou a liberação da caução prestada em 15% do total da caução, no valor de 5.336,62€, correspondente ao terceiro ano do prazo de garantia da obra. -----

13. A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, através de ofício n.º 566, que deu entrada nos serviços do Município no dia 18 de Janeiro de 2018, vem solicitar a receção definitiva da obra. -----

## **II - Fundamentação** -----

Decorridos cinco anos da data da Receção Provisória, de acordo com o estipulado no Artigo 394.º do Código dos Contratos Públicos, foi efetuada uma vistoria à obra, de acordo com Auto de Vistoria que se anexa, conjuntamente com o representante do empreiteiro na qual se verificou não haver anomalias técnicas e que os trabalhos se encontram executados dentro das condições técnicas previstas no projeto e em conformidade com as boas práticas de execução. -----

## **III - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Face ao exposto, sou a propor o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase a presente proposta seja submetida a aprovação do Sr. Presidente; -----

b) Que de acordo com o estipulado no Artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos, dado que as obras não apresentam deficiências, seja efetuada a Receção Definitiva da Obra; -----

c) Que caso a presente proposta venha a merecer aprovação, sejam extintas as garantias bancárias ainda por liberar, conforme o seguinte: -----

| Contrato          | Tipo                         | Valor da Retenção | Extinção Garantia |
|-------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Contrato Inicial  | Garantia Bancária n.º 20025  | 34.202,52€        | 8.550,63€         |
| Trabalhos a Mais  | Guia de Depósito n.º 39/2001 | 256,38€           | 64,095€           |
|                   | Retenção no Auto n.º 9       | 256,38€           | 64,095€           |
| Revisão de Preços | Retenção no Auto n.º 10      | 859,52€           | 214,88€           |
| Total             |                              |                   | 8.893,70€         |

À consideração Superior. -----  
 Chaves, 20 de Fevereiro de 2018 -----  
 O Técnico -----  
 (Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----  
 Em Anexo: Ofício do pedido -----  
 Auto de vistoria -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.03.01. -**  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **1.3. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE O TECNÓPOLO I ATÉ À ROTUNDA DE VILA VERDE DA RAIÁ" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----**

Foi presente a informação nº 85/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Enquadramento -----**

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República - 2ª Série, nº 158 de 17 de agosto de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Requalificação da Estrada desde o Tecnopolo I até à Rotunda de Vila Verde da Raia";

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 02 de novembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada; -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 16 de janeiro de 2018; -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 221.380,00€ (Duzentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 45 dias; -----



5 - O Auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado em 16 de fevereiro de 2018. -----

6 - O adjudicatário, apresentou a 20 de fevereiro de 2018, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

## **II - Fundamentação** -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Fernanda Serra, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

## **III - Da Proposta em Sentido estrito** -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Fernanda Serra -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 02 de março de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----  
(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

## **DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES** -----

Município de Chaves, dono da obra "Requalificação da Estrada desde o Tecnopolo I até à Rotunda de Vila Verde da Raia", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica Superior, Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afetas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções. -----

Divisão de Obras Públicas, 2 de março de 2018. -----

Pelo Dono da Obra -----

(Nuno Vaz Ribeiro) -----

(Amélia Cristina G. Rodrigues) -----

A Coordenadora de Segurança e Saúde da Obra -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.4. "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO". PRORROGAÇÃO DE PRAZO.** -----

Foi presente a informação nº 80/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Enquadramento** -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 125 de 30 de Junho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Agosto de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 252.565,00€ (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de Setembro de 2017. -----

7. O Adjudicatário tomou conhecimento da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra a 12 de Outubro de 2017. -----

##### **II - Fundamentação** -----

1. A entidade e executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços do Município com o n.º 1798, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra. -----

2. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos devido à não disponibilidade dos terrenos particulares por parte do Município, na travessia do coletor de saneamento. -----

3. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----

b) Desde o início dos trabalhos que o adjudicatário tomou conhecimento da realidade da obra; -----

c) De facto não se encontra ainda disponível a servidão administrativa da Parcela n.º 4, onde se prevê a travessia do coletor de saneamento;

d) Não se encontra também disponível a expropriação da Parcela n.º 2, onde se prevê a travessia do coletor de saneamento e o alargamento para o acesso à ETAR; -----

e) De acordo com informação do Gabinete de Notariado e Expropriações do Município, nesta data verifica-se que as referidas Parcelas ainda não têm assegurada a autorização administrativa para entrar nos terrenos; -----

f) A indisponibilidade de intervir nas referidas Parcelas, provocou e ainda provoca atrasos, na execução da rede de saneamento; -----

g) Relativamente aos trabalhos, falta a execução da rede de saneamento numa Rua do Bairro Outeiro Machado e a instalação da ETAR, trabalho este que não depende totalmente da disponibilidade das Parcelas. ----

4. Com base no referido anteriormente, deverá ser concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução por um período de 90 dias.

### **III - Proposta -----**

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 90 dias; -----

c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor. -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada; -----

e) O adjudicatário deverá ainda apresentar novo plano de trabalhos, novo plano de mão de obra e novo plano de equipamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 10 de Junho de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 1 de Março de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

Plantas parcelas 2 e 4. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.03.02 --**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.5. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 2/DOP/2018. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 26.343,40 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €26.343,40 (Vinte e seis mil, trezentos e quarenta e três euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

#### **1.6. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 57.398,36 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €57.398,36 (Cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e oito euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO**

## **VII EXPROPRIAÇÕES**

### **1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DA ETAR DE SANJURGE", NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES.- AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO INDISPENSÁVEL À REALIZAÇÃO DA REFERIDA OBRA.- ADOÇÃO DE RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E.. PROPOSTA Nº 13/GAP/2018.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO** -----

1 - De acordo com os instrumentos de gestão financeira em vigor, o Município de Chaves encontra-se a executar a empreitada denominada "Construção da ETAR de Sanjurge", na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves, e veio a contratualizada com a firma "Anteros Empreitadas, S.A.", em 17 de agosto de 2017, pelo valor de €89 472,96, encontrando-se em execução, e tendo o respetivo projeto sido aprovado por deliberação do executivo camarário de 24 de junho de 2016. -----

2 - O Projecto em causa, consubstanciado na construção de uma estação de tratamento de águas residuais, visa proceder à recolha e ao tratamento adequado dos efluentes domésticos produzidos por cerca de 250 habitantes, sendo os mesmos encaminhados para a nova estação de tratamento de águas residuais, mediante o desativamento da fossa séptica existente, conforme documento que se junta sob o número 1. --

3 - A execução de tal projeto integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das competências municipais, em matéria de ambiente e saneamento básico, conforme decorre da alínea K, do n.º 2, do Artigo 19.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovar o regime jurídico do associativismo autárquico, diploma legal que revogou, parcialmente, o regime jurídico anterior. -----

4 - Tal quadro legal, dá o necessário suporte para a efetiva materialização do interesse público que, manifestamente, esteve suprajacente à realização de tal projeto, assente em notórias melhorias da qualidade ambiental. -----

5 - A aquisição da parcela de terreno, com a área total de 1752,00m<sup>2</sup>, indispensável à execução da obra, foi assegurada mediante a convergência de vontades da administração e da proprietária, a qual autorizou a posse da parcela e, conseqüentemente, o início dos trabalhos, não tendo sido, contudo, previamente, desencadeadas as diligências procedimentais mais adequadas ao fim em vista. -----

6 - Aqui chegados, sendo certo que se encontram reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção do procedimento pré-expropriativo, importa reconstituir o íter procedimental adequado à aquisição da parcela de terreno necessária à materialização de tal projeto. -----

7 - A referida parcela de terreno corresponde ao prédio rústico inscrito sob o Artigo 1696.º na matriz predial da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o número 1143/20090920 - Freguesia de Sanjurge, encontrando-se melhor identificada no "Mapa de Expropriações", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o n.º 2, com a menção dos seguintes elementos, de acordo com o Artigo 10.º do Código das Expropriações, a saber: -----

- a) Número atribuído à parcela de terreno; -----
- b) Nome do proprietário e morada; -----
- c) Área da parcela a expropriar; -----
- d) Localização da parcela com a indicação do lugar e freguesia; ----
- e) Identificação da parcela por referência à menção da descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves e da inscrição matrícial;
- f) Estimativa dos encargos com a aquisição em causa; -----
- g) Previsão em IGT para a parcela em causa. -----

8 - Face às bases negociais que viabilizaram a execução da obra, a utilização e a posse da referida parcela, a estimativa dos encargos com a aquisição da mesma, consta no relatório de avaliação prévia elaborado pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, de acordo com os critérios do Código das Expropriações, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta sob o número 3, conforme prática em casos análogos, em respeito pelos princípios da boa administração e da realização da despesa, sendo a previsão dos mesmos de **€2.200,00**, tendo previsão nos instrumentos de gestão financeira em vigor no Município para o corrente ano na Ação 6/2006 do PPI, encontrando-se tal verba assegurada mediante o compromisso que se anexa sob o nº 4.

**II - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO.** -----

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação do interesse público que esteve na génese da concretização do projecto/obra pública em questão, mas também da identificação do bem imóvel a adquirir que foi indispensável à prossecução de tal objetivo; -----

- Considerando que, face aos elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, se encontram reunidos todos os pressupostos legitimadores para a reconstituição do iter procedimental consubstanciada na adopção, por parte do Município, da resolução de expropriar, nos precisos termos em que tal ato se encontra legalmente positivado no Artigo 10º, do Código das Expropriações; -----

- Considerando, por último, que, nos termos do disposto na alínea vv), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de setembro alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, seja adotada resolução de expropriar enquanto ato pré-expropriativo indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública, com vista à aquisição da parcela de terreno necessária à execução da obra denominada "Construção da ETAR de Sanjurge", sendo certo que tudo indica que a aquisição será conquistada pela via do direito privado; -----

b) Que, para o efeito, sejam aprovados todos os documentos que dão suporte fundamentador a tal resolução, particularmente, o "Mapa de Expropriações", e o respetivo relatório de avaliação prévia da parcela de terreno em causa, produzido pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, contendo, em síntese, tais documentos, os elementos relativos à identificação do bem a expropriar, o correspondente proprietário e ainda a estimativa do encargo a suportar com a aquisição<sup>19</sup>; -----

---

<sup>19</sup> Tal relatório, elaborado nos termos do C.E., respeita, integralmente, os critérios de imparcialidade, justiça e proporcionalidade, numa justa composição de interesses público e privado, não se justificando, nessa justa medida, o recurso à contratação de serviços de perito da lista oficial, tanto mais que tal contratação poder-se-ia traduzir numa violação do princípio da proporcionalidade, estabelecido entre honorários a pagar e montante da avaliação prévia. Não devendo, registre-se, ainda, o procedimento

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar da adoção da presente resolução à proprietária **Deolinda Fernandes Pires de Moraes Garcia**, no cumprimento do disposto no n.º. 5, do citado artigo 10º, notificação que deverá incluir a proposta de aquisição, por via do direito privado, da aludida parcela, tendo por referência o valor constante no relatório de avaliação prévia - n.º. 2, do artigo 11, do C.E. -----  
Chaves, 05 de março de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro -----

**Em Anexo:** O respetivo processo administrativo, incluindo: -----

- Mapa de expropriações; -----

- Plantas parcelares; -----

- Informação matricial e descrição do Registo Predial; -----

- Relatório de avaliação prévia. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VIII

### DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

## IX

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## X

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**1. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, COM VISTA AO LANÇAMENTO DE UM ÚNICO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO DENOMINADO "CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP" E QUE TERÁ POR OBJETO A ALIMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM ALTA TENSÃO, MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS, VILA POUCA DE AGUIAR E A AMAT - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA. INFORMAÇÃO Nº2/SC/DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Antecedentes e justificação** -----

- Considerando que, no seguimento de um procedimento despoletado pela AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega, veio a ser celebrado o contrato, no dia 1 de Março de 2016, entre o Município de Chaves e a empresa EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., relativamente ao fornecimento de energia elétrica;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 da cláusula 4ª do referido contrato, a duração do contrato seria de um ano com a

---

ser burocratizado uma vez que dos contactos pré-realizados junto da respetiva proprietária tudo aponta para a aquisição, da aludida parcela, por via do direito privado. -----

possibilidade de renovação por períodos de um ano, até ao máximo de duas renovações, se nenhuma das partes o denunciasses;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 da cláusula 4ª do referido contrato, a empresa "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A." veio, através de ofício, datado do pretérito dia 29 de novembro e 18 de dezembro de 2017, com entrada nos serviços administrativos municipais com os nºs 9519 e 9969, denunciar o contrato, alegando, em síntese, que não pretendia renovar o contrato em virtude da conjuntura de preços nos mercados de energia inviabilizar a manutenção das atuais condições contratuais; -----

- Considerando que, na sequência de uma reunião decorrida entre os Presidentes de todos os Municípios do Alto Tâmega e a empresa "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.", em 20.12.2017, e do acordado nessa reunião, foi realizada uma extensão do prazo contratual até 31.5.2018 garantindo-se os preços contratuais em vigor para todas as instalações fornecidas pela EDP Comercial; -----

- Considerando que, na sequência de uma reunião decorrida com todos os Presidentes dos Municípios do Alto Tâmega, ficou estabelecido que se constituísse um "Agrupamento de Entidades Adjudicantes", tendo em vista o lançamento de procedimento para o fornecimento de energia elétrica em alta e média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal e iluminação pública dos Municípios do Alto Tâmega e AMAT; --

- Considerando que os Municípios representados na AMAT elaboraram um protocolo, no sentido de criarem um agrupamento de entidades adjudicantes, de modo a lançar um concurso público de fornecimento de energia elétrica aos membros constituintes; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 39º do CCP (Código dos Contratos Públicos), as entidades adjudicantes podem agrupar-se com vista à formação de contratos cuja execução seja do interesse de todas. -----

## **2. Da Proposta em sentido estrito -----**

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições combinadas previstas, sobre a matéria, no CCP e no artigo 33º da lei nº75/2013 de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

- Agendamento da presente proposta para uma próxima reunião do Executivo Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no sancionamento administrativo da aprovação do protocolo de criação do agrupamento de entidades adjudicantes e respetiva minuta de deliberação (em anexo); -----

- A adjudicação será praticada por cada uma das entidades constituintes do agrupamento, nos termos da legislação em vigor; -----

- Por fim, em caso de aprovação, pelo Executivo Municipal, do protocolo e minuta, deverá a presente proposta ser levada ao conhecimento da entidade gestora do procedimento. -----

À consideração superior.-----

Chaves, 27 de fevereiro de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

Susana Borges)-----

Em anexo: Protocolo e minuta de deliberação. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.03.02. -----**

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.02. -----**



A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.03.05.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XI

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

##### 2.1. DISTRATE DO CONTRATO DE CEDÊNCIA DO TERRENO PARA O PARQUE DE CAMPISMO RURAL - CASTELO DE MONFORTE - FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 12/GNE/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

##### 1 - ENQUADRAMENTO -----

1. No passado dia 23 de março de 1995, por escritura celebrada no notariado privativo deste Município, a folhas 33 verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas N.º 64, a Câmara Municipal/ Município de Chaves cedeu um terreno - formalmente registado como metade indivisa - para a construção do Parque de Campismo Rural do Castelo de Monforte, na freguesia de Águas Frias, concelho de Chaves, ao Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves. -----

2. O presidente da câmara municipal, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, em cópia da aludida escritura, no pretérito dia 6 do corrente mês, exarou despacho no sentido do Gabinete de Notariado e Expropriações, junto do Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves, equacionar a possibilidade da autarquia recuperar este imóvel, mediante doação. -

3. Assim, abaixo se reportam as diligências realizadas e a estratégia proposta para o procedimento. -----

##### 2- JUSTIFICAÇÃO -----

1. Através do instrumento contratual supra referido, o Município de Chaves cedeu, ao Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves, o prédio rústico, composto de terreno de cultivo e monte, situado em Lagoa, freguesia de Águas Frias, concelho de Chaves, com a área de 14.500m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo 5548, registado a favor deste Município, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 857/19940224, inscrita a aquisição de metade indivisa a favor da Câmara Municipal de Chaves, pela Apresentação catorze, de dezassete de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, não se encontrando registada qualquer outra inscrição em vigor - cfr. cópia não certificada da descrição e caderneta predial rústica, em anexo -----

2. A cedência, conforme consta do contrato, ora, em causa, tinha por finalidade a instalação de um Parque de Campismo Rural e foi realizada sob a condição de reversão para o Município em caso de extinção da entidade beneficiária e sem qualquer contrapartida pelas

benfeitorias realizadas, e ainda que o prédio não poderia ser objeto de negociação, quaisquer que fossem as condições. -----

3. Contactado o presidente da Direção do Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves, Sr. Albano Gomes, o mesmo informou que o projeto do Parque de Campismo Rural, em face das condições de financiamento à data vigentes, foi prejudicado uma vez que só poderia ser alvo de co-financiamento um Parque no concelho, tendo o Clube, em consonância com o executivo camarário, à data em funções, optado por concretizar o Parque de Campismo do Rebentão. -----

4. Assim, no terreno cedido para aquele efeito, o Clube de Campismo, apenas, procedeu à plantação de árvores e à abertura de um acesso, não tendo realizado quaisquer outras benfeitorias, nem tem qualquer perspectiva de o vir a fazer, situação que pode conduzir à formulação da vontade das partes em, de comum acordo, extinguir os efeitos do contrato outorgado em 23 de março de 1995, tendo sido, essa, aliás, a intenção manifestada. -----

5. Em face dos factos atrás expostos, e à luz do disposto no nº 1, do Artigo 405º do Código Civil, quanto à liberdade contratual das partes, as mesmas podem destruir o contrato por convenção. -----

6. De facto, em face dos elementos que foram essenciais na formalização do contrato, particularmente a finalidade inerente ao apoio concedido à associação beneficiária, a qual não foi concretizada, haverá interesse de ambas as partes contratantes em distratar o contrato que anteriormente celebraram, fazendo regressar a coisa à posição ante contratual. -----

### **3 - PROPOSTA** -----

Face ao exposto, sugere-se que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Preparação de proposta, a submeter à apreciação do executivo camarário, em vista a ser autorizado o distrate do aludido contrato de cedência, de comum acordo, no sentido do aludido prédio rústico regressar à esfera patrimonial privada deste Município, sem qualquer contrapartida, e fazendo cessar todas as obrigações contratuais; ---

b) Consequentemente, caso a mesma seja aprovada, seja titulada a revogação do contrato em causa por escritura pública - "distrate" - a outorgar no Cartório Privativo Municipal, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito; ----

c) Por fim, em caso de superior concordância, deverá a presente proposta ser reenviada a este Gabinete, em vista à sua operacionalização. -----

Chaves, 21 de fevereiro de 2018. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

A Técnica Superior, Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Cópia da escritura de cedência, fotocópia não certificada da descrição predial 857/19940224-Freguesia de Águas Frias e caderneta predial rústica - Art. 5548 -. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.23.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.02.23.** -----

Visto. Concordo. À Reunião do Executivo Municipal para deliberação. -

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.2. PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO LITIGIOSA Nº 283/08.8TBCHV.G1 - JUÍZ 2 - PARCELAS NºS 4 E 6 - "REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DAS MARGENS DO TÂMEGA E CICLOVIA ENTRE A PONTE ROMANA E A ETA DE SANTA CRUZ" -. FRANCISCO DOS REIS BASÍLIO E MULHER. DEPÓSITO. NOTA DISCRIMINADA DO CÁLCULO DA ATUALIZAÇÃO DA INDEMNIZAÇÃO. PROPOSTA Nº 12/GAP/2018. ---**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - ANTECEDENTES** -----

1. Através de comunicação electrónica do dia 23 de fevereiro de 2018, o Dr. Vitor Brás, mandatário da sociedade "ChavesPolis, Sociedade Para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A.", no processo de expropriação litigiosa supra identificado, que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real - Instância Local Cível de Chaves - Juiz 2, e foi alvo de recurso para o Tribunal da Relação de Guimarães e para o Supremo tribunal de Justiça, veio informar este Município da necessidade de se proceder ao depósito do montante indemnizatório devido, acompanhado da respectiva nota justificativa dos cálculos da liquidação do montante em dívida, na sequência do respectivo despacho no aludido processo. -----

2. E, através de notificação electrónica com a referência 31955368, de 23/02/2018, foi a "ChavesPolis" notificada para, no prazo de 10 dias, depositar os montantes em dívida e juntar nota discriminada e justificativa de tais montantes. -----

3. Este Município, na qualidade de acionista, assumiu o ativo e o passivo, incluindo o superveniente, da dita sociedade "ChavesPolis", na sequência do projeto de partilha regularmente aprovado pelos acionistas, por deliberação de 3/09/2010, em respetiva assembleia geral, em vista à dissolução e liquidação da sociedade, e devidamente sancionado pelo executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no passado dia 02 de maio de 2011. -----

4. O sancionamento de todo o processo administrativo de dissolução e liquidação da sociedade, nos termos acordados pelos respetivos acionistas, foi aprovado em reuniões do executivo camarário de 02 de maio e 08 de agosto de 2011, e devidamente sancionado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2011. -----

5. Contudo, no que se refere à assunção dos encargos com a expropriação das obras executadas no âmbito do Programa POLIS, e de acordo com os fundamentos evidenciados nas propostas Nº 113/GAPV/2007 e Nº 132/GAPV/2009, os quais aqui se dão por integralmente reproduzidos, aprovadas, respetivamente, por deliberações camarárias de 08 de novembro de 2007 e de 07 de dezembro de 2009, face às disparidades de valores existentes entre os encargos previstos com as expropriações, tendo por base os relatórios de avaliação prévia, realizados por perito da lista oficial, e os encargos resultantes das arbitragens, foram esgotadas as verbas previstas para esses fins, tendo sido deliberado recorrer ao serviço que tem a seu cargo os avais do Estado, nos termos previstos no nº 4 do Artigo 51º e nº 4 do Artigo 71º, todos do C.E. -----

6. Para o efeito, este Município celebrou com a Direção-Geral do Tesouro, face à qualidade de acionista maioritário do Estado Português na sociedade "ChavesPolis, S.A.", um contrato de Regularização de dívida Resultante das Expropriações Litigiosas no quadro do Programa Polis em Chaves, em resultado da realização dos depósitos que viessem a ser necessários, o qual foi aprovado por deliberação camarária de 16 de agosto de 2010, tendo sido alvo de um Aditamento, assinado em

28 de janeiro de 2014 e, previamente, aprovado pelo executivo camarário em 24 de janeiro de 2014, tendo sido ratificado pela assembleia municipal em 26 de fevereiro de 2014. -----

## II - FUNDAMENTAÇÃO -----

1. Em conformidade com o despacho proferido no aludido Processo e em conformidade com o disposto no Artigo 71º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, conjugado com o Artigo 24º do mesmo Código, relevam para o cálculo actualizado do montante indemnizatório a depositar os seguintes elementos: -----

| Prcº 283/08.8TBCHV - Juiz 2<br>"Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega e Ciclovia entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz"<br>Parcelas nºs 4 e 6 - Expropriados: Francisco dos Reis Basílio e mulher | Dados relevantes        | Índice de preço no consumidor, com exclusão da habitação<br>Fator de atualização (INE) |
|--|-------------------------|--|
| Data da publicação da DUP  | 29 de agosto de 2007    |  |
| Valor da Indemnização fixada pela decisão transitada em julgado  | €580.576,00             | 1,03670682750863   |
| Data da decisão final do Processo  | 22 de fevereiro de 2018 |  |
| Data do despacho que autoriza o levantamento de parte do montante depositado   | 21 de outubro de 2010   | 1,07356123263210   |
| Valor cujo levantamento foi autorizado   | €154.633,75             |  |

2. Em conformidade com o disposto no Acórdão de fixação de jurisprudência do STJ nº7/2001, de 12 de julho, e para efeitos do disposto nos Artigos 24º e nº1 do Artigo 71º do C.E., foram calculados os montantes a depositar, em conformidade com os dados relevantes constantes do quadro sinóptico supra, e elaborada a respectiva nota justificativa, com recurso à ferramenta disponibilizada, para o efeito no portal do Instituto Nacional de Estatística - INE - sendo certo que após a realização do depósito os expropriados e os demais interessados poderão proceder à sua impugnação, nos termos do disposto no Artigo 72º do C.E.. -----

3. O referido depósito, face à notificação eletrónica realizada pelo escrivão do processo, no pretérito dia 23-02-2018, terá que ser realizado, impreterivelmente, até ao dia 8 do corrente mês de março, pelo que, em face do supra exposto, o mandatário da "ChavesPolis, S.A.", deverá requerer ao Juiz do processo o acionamento do aval do Estado, para a realização do depósito em falta. -----

## III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em vista ao cumprimento do despacho proferido pelo Juiz do Processo número **283/08.8TBCHV** do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real - Instância Local Cível de Chaves - Juiz 2, em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto sobre a matéria na alínea vv), do nº 1, do Artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no nº1 e no nº2 do Artigo 71º, do Código das Expropriações - C.E. -, e nas deliberações camarárias de 07 de dezembro de 2009, 16 de agosto de 2010, 02 de maio e 08 de agosto de 2011 e da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2011, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da presente proposta, consubstanciada no seguinte:

- a) Que seja aprovada a nota discriminada do montante em dívida referente ao processo de expropriação litigiosa número **283/08.8TBCHV** - Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real - Instância Local Cível de Chaves - Juiz 2 - "Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega e Ciclovia entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz" - Parcelas n.ºs 4 e 6 - Expropriados : Francisco dos Reis Basílio e outro, no valor de **€ 580.576**, correspondendo à indemnização atualizada o montante de **€633.219,94**, e o valor a depositar **€436.489,74**; -----
- b) Que a respetiva nota discriminada do montante em dívida seja enviada ao mandatário da sociedade "ChavesPolis, S.A.", para os devidos efeitos e instrução do citado requerimento de acionamento do aval do Estado, nos termos das deliberações municipais retrocitadas. Chaves, 05 de março de 2018. -----  
O Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro -----
- Em anexo:** -----
- Uma Nota discriminativa do cálculo do montante a depositar; -----
  - Dois documentos referentes aos fatores de atualização da indemnização, processados por computador no Portal do INE, com os números de identificação ID6347626022018111325 e ID2753426022018111537.. -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XII DIVERSOS

### 1. PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRADO DA FEIRA SEMANAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 19/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Moussa Dione, contribuinte fiscal n.º 218 546 041, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 3156, em 18.04.2017, relacionado com a isenção da taxa de ocupação de terrado na Feira Semanal de Chaves. -----

#### **ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----

Conforme n.º 120 do artigo 50.º do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária, os espaços de venda estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e respetiva tabela, em vigor no Concelho de Chaves. -----

No entanto, em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), no n.º 421 do artigo 24.º, prevê isenção ou redução das taxas. -----

---

<sup>20</sup> Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária -----

Art.º 50.º -----

1. Pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

<sup>21</sup>Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Para o efeito, e no que concerne especificamente à análise do disposto no n.º 4, o pedido deverá ser acompanhado dos documentos definidos no n.º 922 do art.º 24.º do RLCTM: -----

Última declaração de rendimentos (IRS); -----  
Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade pagadora. -----

Em suma, considera-se, por sujeito com comprovada insuficiência económica, para efeitos de concessão de isenção ou redução de taxas, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do RLCTM, e nos termos da lei sobre o apoio judiciário, aquele que, tendo em conta o rendimento, o património e a despesa permanente do seu agregado familiar, não tem condições objetivas para suportar pontualmente os custos de um processo. -----

#### **DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO** -----

O requerimento formulado consubstancia o pedido de isenção da taxa de ocupação de terrado na Feira Semanal de Chaves, mais concretamente o D28, do qual o requerente é titular, com o valor mensal de 28,00€ (vinte e oito euros). -----

Todavia, o requerente não supriu a falta de documentos, conforme lhe foi comunicado presencialmente, facto que se atribui às dificuldades de comunicação, decorrentes do seu deficiente português. -----

Na falta de elementos que permitiriam avaliar, nos termos do RLCTM, a comprovada insuficiência económica do requerente, estes serviços entenderam não reunir condições para emitir parecer sobre o pedido. - No entanto, uma vez que o requerente informou que beneficiava de apoio de cariz social do Município de Chaves, estes serviços solicitaram parecer à DRH, mais concretamente ao Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, no âmbito da avaliação da insuficiência económica do requerente, para efeitos de concessão de isenção ou redução de taxas, conforme n.º 4 do artigo 24.º do RLCTM.

Assim, nos termos da informação/proposta n.º 269/SHSDPC n.º 94/2017, verifica-se a existência de "fortes constrangimentos financeiros", pelo que propõe o SHSDPC que sejam "despoletados os normais procedimentos tendentes à isenção do valor da taxa" em causa. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, e o parecer da SHSDPC, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

Comprovada a insuficiência económica do requerente, encontram-se reunidos, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do RLCTM, os pressupostos necessários para acolher o pedido de isenção da taxa de ocupação de terrado na Feira Semanal de Chaves, com efeito a partir de abril de 2017. -----

#### **PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

---

Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

4. Em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, poderá também haver lugar à isenção ou redução das taxas. -----

Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

9. No que concerne especificamente ao disposto no n.º 4, o pedido mencionado no número anterior deverá ser acompanhado dos seguintes documentos: -----

a) Última declaração de rendimentos (IRS); -----

b) Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade pagadora. -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----  
 Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada no deferimento do pedido de isenção da taxa de ocupação de terrado na Feira Semanal de Chaves, com efeito a partir de abril de 2017; -----  
 Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui Feira Semanal de Chaves, a informação relativa à isenção da taxa de ocupação, nos termos da presente informação/proposta, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 21 de fevereiro de 2018 -----  
 A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG N.º 3156 | INF N.º 269/SHSDPC N.º 94/2017 ----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 22/02/2018** -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2-Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para que profira despacho no sentido de submeter o processo a reunião do executivo municipal para deliberar deferir o pedido; -----

3- Caso venha a ser deliberado em conformidade com o preconizado, os serviços devem promover a notificação do interessado nos termos previstos no artigo 114.º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral Chaves, 22 de fevereiro de 2017 -----

O Chefe de Divisão -----

(Rodrigo A. L. Moreira, Arq.º) -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 01/03/2018.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 02/03/2018** -----

À reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---